

Comentário à Conferência:

“A Primeira República Portuguesa (1910-1926): Educação, Ruptura E Continuidade. Um Balanço Crítico

Joaquim Pintassilgo

(Universidade de Lisboa)

A primeira questão que gostaria de colocar diz respeito à opção, discutível de resto – e a que o conferencista é, naturalmente, alheio –, de balizar as iniciativas de “renovação” ou de “inovação” pedagógicas no quadro estrito da evolução política, no caso à 1.ª República e ao intervalo 1910-1926. Uma pergunta que nos ocorre é a seguinte: é possível dar resposta às interrogações formuladas pelo próprio autor situando-nos apenas no interior desses limites? Como interpretar, nessa perspectiva, as experiências inovadoras que se desenvolveram nas décadas finais da monarquia ou aquelas que se verificaram já em pleno regime autoritário, como alguns trabalhos recentes têm mostrado?

Olhemos para esta questão através de alguns exemplos. Começemos pelo ensino intuitivo e pelas chamadas “lições de coisas”. Esboçado por Rousseau e Pestalozzi, aplicado pela pedagogia americana sob o nome de “object lessons”, este método conheceu uma grande divulgação em Portugal na transição do século XIX para o século XX, tornando-se uma das bandeiras dos autores e correntes que, ao longo da 1.ª República, pugnaram pela renovação pedagógica. No entanto, o seu carácter de inovação pedagógica pode ser facilmente questionado. Discutível é, igualmente, a sua interligação com a Educação Nova. Em qualquer caso, as “lições de coisas”

atravessam, com maior ou menor expressão, todo um longo período que vai do final do século XIX até meados do século XX e não dizem respeito apenas ao período republicano, mesmo sendo uma das “modas” pedagógicas de então.

Um outro exemplo pode-nos ser dado pelo debate sobre o tema da Escola Única, que surge claramente vinculado aos primórdios do combate pela democratização do ensino e pela construção de uma Escola para Todos. Esse debate inicia-se em Portugal apenas nos anos terminais da 1.ª República, sendo, inclusive, fomentado por autores marginais em relação à pedagogia oficial, acabando por ter uma maior visibilidade nos primeiros tempos do regime autoritário, até meados dos anos trinta. A vinculação da Escola Única com o republicanismo seria, naturalmente, uma ideia dificilmente defensável, até porque não foram muitos os passos dados nesse sentido no período 1910-1926.

Em segundo lugar, pretendemos sublinhar a importância de uma das tarefas a que o conferencista se propõe – a clarificação dos principais conceitos aí em questão. Aos conceitos de “renovação” pedagógica e de “inovação” pedagógica, cuja dilucidação se esboça, convirá acrescentar os conceitos de “modernização” (e de “modernidade”) pedagógica, que não deixam de estar presentes, e, em particular, o de “Educação Nova” (ou “Escola Nova”), a que o autor só excepcionalmente recorre, o que não deixa de ser curioso. A preferência pela noção de “renovação” – tanto no âmbito do Encontro como no da intervenção de A. Candeias – faz-nos supor que se privilegia uma noção que remete para a ideia de retorno a valores essenciais, de reatualização de um estado primordial, relativamente a outra – “inovação” – mais impregnada duma mitologia do novo, ainda que essa novidade não o seja em absoluto, em particular no que se refere ao seu conteúdo. Essa é uma opção que não deixa de ser significativa.

Por outro lado, creio que devia ter sido mais explorada a relação entre a 1.ª República e a Educação Nova. Se é verdade que devemos ter algum cuidado ao utilizarmos esta última expressão – banalizada não só pela própria época, mas também pelo discurso historiográfico sobre ela

–, o que nos pode conduzir a alguns esforços no sentido de aperfeiçoar a periodização da emergência de ideias e práticas inovadoras (e das expressões que as procuram recobrir – pedagogia moderna, Educação Nova, Escola Activa, etc.), é inquestionável que é no período republicano que em Portugal essas ideias e práticas conhecem uma maior divulgação, sendo o discurso pedagógico do período claramente marcado pela presença das fórmulas e lugares-comuns da Educação Nova. Deve-se essa voga à 1.ª República ou esta foi apenas o contexto (eventualmente mais favorável) para a sua expressão?

Esta é, sem dúvida, uma das grandes questões que atravessa o texto de A. Candeias e que remete para a complexidade dos elementos em presença. O autor sublinha esse facto em diversos momentos do seu texto, por exemplo quando se propõe “questionar a componente republicana do que do ponto de vista pedagógico aconteceu de relevante neste período”. Parece-nos fundamental, a este propósito, distinguir o que foi pensado e realizado no âmbito estrito da pedagogia republicana e aquilo que o foi no âmbito mais lato duma pedagogia moderna ou nova. Como sabemos, uma parte do que de mais interessante existiu durante o período aconteceu à margem (ainda que não contra) da pedagogia oficial do republicanismo. Em qualquer caso, parece-me de toda a pertinência a interrogação que A. Candeias formula a esse respeito: tudo isso teria sido possível sem a 1.ª República ou, pelo menos, sem o “clima cultural” por ela proporcionado?

Convém ainda ter em conta o facto, também observado pelo autor, do campo pedagógico republicano não primar pela homogeneidade e de muitos dos pedagogos inovadores do período serem intelectuais críticos, de uma maneira ou de outra, da situação republicana, mesmo quando dela participaram. Vejam-se os casos de Adolfo Lima e de António Sérgio, entre outros. Não deixam de ser significativos, a este propósito, os balanços críticos (e desencantados) que algumas das figuras mais vinculadas à educação republicana (como João de Barros, João de Deus Ramos, Vidal Oudinot, etc.) fazem a partir de determinado momento do percurso político da República.

Podemos ainda interrogar-nos sobre a relação entre a presença dos temas inovadores nos discursos e a sua expressão nas práticas pedagógicas dos professores e no quotidiano escolar. A este respeito, podemos perguntar: há uma “cultura escolar” especificamente republicana? Revemo-nos hoje ainda, de alguma forma, em traços essenciais dessa cultura (retomando uma das perguntas do autor)? Podemos adicionar a estas mais algumas perguntas: Qual o contributo do período republicano para a construção do modelo (moderno) de escola (e sua crítica) e de uma nova imagem da infância? Qual o seu contributo para a elaboração de novas formas de organizar o tempo, o espaço e o currículo escolares? Estas são questões sobre as quais importa aprofundar a investigação, contando, à partida, com uma limitação importante: a estranha escassez de fontes sobre este período no Arquivo Histórico do Ministério da Educação.

Uma outra questão que gostaríamos de comentar é a que decorre da referência às “redes de pensamento pedagógico e político” tidas por “avançadas”. Esta é uma questão que consideramos fundamental e que deverá merecer uma análise mais aprofundada, até porque são diversos os casos de educadores portugueses que contactaram com algumas das experiências inovadoras desenvolvidas na Europa de então e com algumas das figuras representativas desse movimento. Em que medida se integraram os nossos educadores nessas redes de produção e de circulação de ideias pedagógicas? De que forma se apropriaram dessas ideias e as procuraram concretizar na realidade educativa portuguesa? Qual o contributo que deram à sua difusão? Quais os autores e referências do campo pedagógico mais presentes nos discursos e nas práticas então desenvolvidas? Sobre estas questões muito há ainda a investigar.

Quanto ao estudo das instituições inovadoras – uma das abordagens que A. Candeias considera possível (é da sua autoria, de resto, o estudo pioneiro dedicado à paradigmática Escola-Oficina n.º 1) – há que ter em conta o facto do seu conjunto poder ser bem mais amplo do que tem sido habitualmente admitido, como sugere o roteiro recentemente elaborado por Manuel Figueira. Convém problematizar a sua cronologia e parti-

cularmente o seu carácter de escolas novas. É importante, igualmente, prosseguir o levantamento das práticas inovadoras e aprofundar o estudo de cada uma delas, como sejam o “self-government”, as escolas ao ar livre, as excursões e passeios pedagógicos, os trabalhos manuais educativos, a ginástica e os desportos escolares, o canto coral, os jogos educativos, os “centros de interesse”, o “método dos projectos”, a correspondência escolar, entre outras. Em qualquer caso, parece claro que a sua presença não é um exclusivo da 1.^a República. É importante, nesta fase, procurar fazer o ponto da situação e sistematizar o “estado da arte” sobre as referidas temáticas, designadamente no que diz respeito à elaboração de dissertações. Estes Encontros são sempre uma boa oportunidade para o fazer.

Por fim, não queríamos deixar de destacar uma outra das ideias centrais defendidas por A. Candeias: qual o real contributo da 1.^a República para o desenvolvimento de uma ambiência política, social e educativa de natureza democrática? A questão é, naturalmente, complexa e muito dependente dos sentidos diversos assumidos pelas noções “democracia” e “democratização”. Tendemos, no entanto, a concordar genericamente com a opinião do autor, quando este põe em causa a efectiva “democraticidade” do regime, justificando esse facto com a sua reduzida base de legitimação e com a impossibilidade de conceber, no contexto que então se vivia, um espaço político moderno e democrático. O projecto de formação de cidadãos contido no republicanismo é disso um bom exemplo. Pressionada pela necessidade de legitimar o novo regime e de garantir a sua sobrevivência a República privilegiou as estratégias de inculcação dos valores centrais da sua ideologia – República, Pátria, etc. – limitando, de alguma forma, o espaço de liberdade que a formação de indivíduos autónomos e críticos certamente justificaria, afastando-se assim do que hoje designamos por educação para a cidadania.

Esta constatação não nos pode, no entanto, fazer esquecer o seguinte: apesar das suas óbvias dificuldades – em particular se vistas com os olhos de hoje – a 1.^a República foi um período de grande riqueza e diversidade, designadamente do ponto de vista do debate educativo e cultural, acabando

por ser um terreno fértil para o desenvolvimento de ideias e experiências inovadoras, ainda que muitas delas se tenham expressado e concretizado à margem da pedagogia oficial do republicanismo. É dum olhar simultaneamente equilibrado e multifacetado sobre este tão incontornável quanto polémico objecto de estudo que continuamos a tentar aproximar-nos.